



RELISE

**AMBIENTE INSTITUCIONAL E ARRANJO INSTITUCIONAL SOB OS
PRESSUPOSTOS DA ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO:
APLICAÇÃO NO SAG DA CARNE BOVINA¹**

Priscilla Tiara Torrezan Chaves²

Sandra Mara Schiavi Bánkut³

Guilherme Odorico da Silva⁴

RESUMO

No âmbito do estudo dos Sistemas Agroindustriais, neste artigo discute-se o ambiente institucional e os arranjos institucionais sob os pilares do Neoinstitucionalismo Econômico. Considera-se nesse caso, dois níveis analíticos: o nível macro e o nível micro institucional. No nível macro institucional, discute-se sua função enquanto condicionante do comportamento e desempenho competitivo dos agentes. No nível micro analítico, trata dos arranjos institucionais entre os agentes, ou estruturas de governança, tomando-se como orientação a Economia dos Custos de Transação. O objetivo nesta pesquisa é compreender como a Economia dos Custos de Transação, como vertente da Nova Economia Institucional, vem sendo aplicada, no contexto brasileiro, para entendimento do Sistema Agroindustrial da Carne Bovina. Quanto aos procedimentos metodológicos, seu desenvolvimento se dá a partir de fontes de dados secundários, sob a forma de pesquisa teórica, em uma primeira fase, e bibliográfica, na segunda etapa, que possam indicar como esses pressupostos vêm sendo utilizados para o entendimento do SAG da carne bovina no Brasil. Deste modo, concluiu-se que a Nova Economia Institucional e a Economia dos Custos de Transação estão sendo muito utilizadas para a compreensão do SAG de carne bovina no Brasil, principalmente no que se refere à coordenação e competitividade deste SAG. Por fim, apesar da recorrência de estudos, problemas históricos no SAG, tais como o oportunismo e as falhas institucionais, permanecem.

Palavras-chave: Coordenação em sistemas agroindustriais; Nova economia institucional; Cadeia produtiva da carne bovina; Transação.

¹ Recebido em 31/01/2018.

² Universidade Estadual de Maringá. priscilla.1007@hotmail.com

³ sandraschiavi@gmail.com

⁴ gui-odorico@hotmail.com



RELISE

160

ABSTRACT

In the scope of the study of Agroindustrial Systems, this article discusses the institutional environment and the institutional arrangements under the pillars of Economic Neo-institutionalism. In this case, two analytical levels are considered: the macro level and the micro institutional level. At the macro-institutional level, its role as a conditioning of the behavior and competitive performance of agents is discussed. At the micro analytical level, it deals with the institutional arrangements between the agents, or governance structures, taking as a guide the Transaction Cost Economics. The objective of this research is to understand how the Economics of Transaction Costs, as part of the New Institutional Economics, has been applied, in the Brazilian context, to understanding the Agroindustrial Beef System. As for the methodological procedures, its development takes place from secondary data sources, in the form of theoretical research, in a first phase, and bibliographical, in the second stage, that can indicate how these assumptions have been used for the understanding of Agroindustrial Systems of beef in Brazil. In this way, it was concluded that the New Institutional Economics and the Transaction Costs Economics are being used a lot to understand the beef Agroindustrial Systems in Brazil, especially regarding the coordination and competitiveness of this Systems. Finally, despite the recurrence of studies, historical problems in the Agroindustrial Systems, such as opportunism and institutional failures, remain.

Keywords: Coordination in agroindustrial systems; New institutional economics; Beef productive chain; Transaction.

INTRODUÇÃO

Coase, em 1937, com seu artigo seminal *The Nature of the Firm*, indicou as bases para o entendimento do crescimento vertical da organização, em complemento aos pressupostos da teoria neoclássica, que se preocupava com o crescimento horizontal das organizações, sob a coordenação do mecanismo de preços no mercado. O autor, ao indicar que existiam outros custos, além dos custos de produção, que deveriam ser considerados no processo de organização da firma, inseriu novos nexos de complexidade na explicação da firma e seus limites. Ao inserir tais custos na decisão do agente



RELISE

161

econômico, ofereceu outras opções ao mercado na coordenação das transações.

Assumindo que as transações se relacionavam à transferência de produtos e serviços entre interfaces tecnológicas separadas, e da existência de fricções nesse sistema, Williamson (1985) identificou que o resultado dessas fricções se caracterizava como custos de transação. O autor, identificando a relação entre estruturas de governança e os atributos das transações, sob a condição de existência de pressupostos comportamentais, ofereceu as bases para a ratificação empírica da proposta de Coase (1937). Dessa forma, a escolha entre mercado, integração vertical, ou a forma contratual (híbrida), segundo Williamson (1985), eram opções ao agente econômico, as quais dependiam da condição dos atributos transacionados.

No Brasil, diversos estudos se apresentam sob orientação das instituições, de forma geral, e das estruturas de governança, de forma particular. Diversos autores (FARINA, 1999; ZYLBERSZTAJN, 2009; AZEVEDO, 2000; SAES, 2009; SOUZA; BÁNKUTI, 2012), fazem uso desses pressupostos, cujo olhar se apresenta de forma predominante para o Sistema Agroindustrial (SAG). Assim, neste artigo, busca-se entender como se articulam a Economia dos Custos de Transação (ECT) e o racional da Nova Economia Institucional (NEI) justificando sua aplicação ao estudo do Sistema Agroindustrial (SAG).

Ao focar nesse sistema, leva-se em consideração que, embora seja destaque na economia do agronegócio nacional, com forte posição no mercado internacional (o país possuía, em 2013, segundo o Anualpec (2013), o segundo maior rebanho do mundo, respondendo pela segunda maior produção mundial de carne bovina), problemas de coordenação e diversidade, são históricos nesse sistema. As publicações nessa área (SIFFERT FILHO, FAVERET FILHO, 1998; PEROSA, 1999; ROCHA; NEVES; LOBO, 2001; FERREIRA;



RELISE

162

BARCELLOS, 2006; SILVEIRA et al., 2014) reforçam a identificação de dificuldades recorrentes para os agentes, notadamente produtor e processador, para a redução da instabilidade e obtenção de maior identidade junto ao mercado consumidor.

Neste artigo, duas contribuições são analisadas para entendimento das organizações: a abordagem dos sistemas agroindustriais (SAG) e a Economia dos Custos de Transação (ECT). Essas contribuições são discutidas com o foco principal na cadeia produtiva envolvendo a produção, comercialização e consumo de carne bovina no Brasil.

As macro instituições, sob a ótica da Nova Economia Institucional (NEI), integram o denominado por Hall e Taylor (1996) de institucionalismo racional. Cabe a esse "novo institucionalismo", segundo esses autores, a definição das regras, resolvendo os problemas da interação e reduzindo custos para realização das transações. Como vertente dessa corrente as contribuições de Ronald H. Coase e Oliver E. Williamson se destacam, principalmente, na formatação das bases teóricas da denominada Economia dos Custos de Transação (ECT).

A aplicação da ECT, sob a consideração das instituições, encontra ambiente propício ao trabalho empírico ao se deparar com as questões envolvendo a agricultura e a pecuária. Azevedo (2000) afirma que as condições de incertezas envolvendo direitos de propriedade, reforma agrária, preços, segurança alimentar, dentre outras, demandam instituições particulares para o sistema agrícola. Da mesma forma, as características intrínsecas aos produtos transacionados, e suas implicações, e a interdependência entre as partes, típicos desse ambiente, indicam que o entendimento das estruturas de governança adequadas à coordenação das transações entre os agentes se faz necessário.



RELISE

163

Portanto, tem-se como objetivo neste artigo compreender como a Economia dos Custos de Transação, como vertente da Nova Economia Institucional, vem sendo aplicada, no contexto brasileiro, para entendimento do Sistema Agroindustrial da Carne Bovina. Insere-se desse modo, como objeto complementar essencial, o estudo de Sistemas Agroindustriais (SAG). Esse olhar sistêmico considera as relações verticais ente os diversos segmentos (da produção rural ao consumidor), formatadas em contratos e acordos, formais e informais, na cadeia produtiva, sob amparo das instituições e das organizações intervenientes. Considera dessa forma, conforme destaca Zylbersztajn (2009), o estudo da coordenação vertical e a análise dos aspectos macro institucionais envolvidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Nova Economia Institucional teve sua origem nas críticas à visão ortodoxa, através daqueles que acreditavam que as instituições eram importantes e suscetíveis à análise (WILLIAMSON, 2000). Seu desenvolvimento é marcado por contestações de que as transações entre firmas operam apenas por meio do mecanismo de preços, cumprindo somente a função produção de maximização de lucro (CALEMAN et al., 2008). Na visão neoclássica, a firma não se assemelha com a vista no mundo real (ZYLBERSZTAJN, 2005).

A partir do trabalho de Ronald Coase (1927), foram plantadas novas ideias com relação às firmas e aos mercados, e que se convencionou chamar de Nova Economia Institucional. As firmas passaram a ser vistas como relações orgânicas entre agentes, que trocam informações e serviços entre si, através de “nexo de contratos”, que levam a execução da função de produção (ZYLBERSZTAJN, 2000). Essa troca se dá através de direitos de realizar



RELISE

certas ações, os denominados direitos de propriedade (MÉNARD; SHIRLEY, 2014).

Assim, os conceitos da NEI, combinados com os pressupostos comportamentais, estruturaram progressivamente seus dois principais ramos, o macro analítico e o micro analítico (MÉNARD; SHIRLEY, 2014). A primeira, macro analítica, é tida como o ambiente institucional, as “regras do jogo”, isto é, as regras que pautam o comportamento da sociedade e que determinam as condições de funcionamento. E a segunda, é a micro analítica, tida como arranjos institucionais (estrutura de governança), são o “jogar o jogo”, para Williamson (2000). As operações das firmas (transação) são pautadas pelas regras do jogo (instituições) e é isto que faz a ligação entre os dois ambientes. Ambas as vertentes estão preocupadas com a transação, no olhar macro, ela irá assegurar-la. Já a micro olhará de forma a tentar diminuir os custos dessas transações, através das estruturas de governanças.

Portanto, a NEI estuda as firmas a partir da visão que elas são organismos que se relacionam através de trocas de propriedade (transações), as quais não incorrerão sem custos, nem tão pouco com agentes perfeitos e benevolentes. Assim sendo, firmas do mundo real, são tidas através de relações contratuais, geradoras de custos para mover o mercado (custo de transação), e constituídas por agentes racionalmente limitados e por vezes oportunistas, sendo esses os pressupostos comportamentais.

Por esses pressupostos, assume-se que os indivíduos são oportunistas e que possuem um limite em sua capacidade cognitiva para processar as informações disponíveis, que não são completas (racionalidade limitada) (AZEVEDO, 2000). Estes aspectos são importantes e estão presentes no mundo real (ZYLBERSZTAJN, 2000), não podendo assim ignorá-los.

Por oportunismo, entende-se que os indivíduos possuem auto interesses que por vezes são colocados à frente de questões éticas, morais,



RELISE

165

entre outras. Ele é caracterizado pela busca do auto interesse com avidez, em que os agentes podem trapacear, mentir, omitir e manipular informações (WILLIAMSON, 1985). Assumir que os agentes humanos são oportunistas não significa que todos sejam continuamente e todo o tempo. Em vez disso, o pressuposto é que alguns indivíduos são oportunistas (WILLIAMSON, 1996), em determinados momentos, de acordo com seus auto interesses.

De racionalidade limitada, advém a noção de incompletude contratual, ou seja, devido aos limites cognitivos, os contratos complexos serão inevitavelmente incompletos (WILLIAMSON, 2000), não conseguindo abarcar todas as contingências futuras (AZEVEDO, 2000). De modo que para lidar com as inevitáveis lacunas presentes nos contratos, são necessários mecanismos para se prevenir (salvaguardas, planejadas ex antes ou mecanismos de adaptação ex post). A incompletude contratual coloca problemas adicionais quando emparelhada com a condição de oportunismo (WILLIAMSON, 1996).

Assim, a NEI traz para o contexto da firma, indivíduos reais, em instituições factíveis, adotando uma postura realista. Deste modo, em decorrência da nova visão instaurada através de Coase, percebeu-se que o sistema econômico não trabalhava a custo de transação zero. O mercado funciona mediante a existência de alguns custos, estes sendo associados à condução das transações, originando a Economia dos Custos de Transação (ECT).

Economia dos custos de transação (ECT)

A ECT adota uma abordagem contratual para o estudo da organização econômica (WILLIAMSON, 1996). Williamson (1996) aborda a preocupação em minimizar os custos de transação, o que se dá através das estruturas de governanças adotadas. Essa diminuição pode acontecer diante de certas circunstâncias, substituindo a negociação entre os muitos proprietários dos



RELISE

166

fatores de produção com a coordenação por uma hierarquia (integração vertical).

Portanto a ECT preocupa-se em alinhar as estruturas de governança aos atributos das transações, levando em conta os pressupostos comportamentais existentes. As transações são realizadas entre os agentes econômicos, seja em trocas de bens ou de serviços. A depender de determinadas características delas, os custos poderão ser maiores ou menores. Williamson (1996) diferencia em três categorias os atributos, a saber: frequência, incerteza e especificidade de ativos.

A frequência é relacionada à recorrência da transação, isto é, a regularidade que dois agentes realizam determinada transação. Quanto maior for a frequência, menores serão os custos relacionados para salvaguardar contratos, fazer monitoramento e elaborar contratos mais complexos para restringir comportamento oportunistas, ou seja, diminuirá os custos de transação. Além disso, se a frequência for muito elevada, poderá ser desenvolvida a reputação, e assim os agentes envolvidos se limitarão em agir de modo oportunista, para evitarem a perda de ganhos futuros. “Fica claro que a reputação é tangível, podendo ser construída ou destruída, a partir de memórias dos agentes de mercado”, coloca Zylbersztajn (2000, p.28).

A incerteza é referente à impossibilidade de previsão e está relacionada á disponibilidade de informações. Quanto mais um ambiente é incerto, mais os agentes não conseguirão prever acontecimentos, por conseguinte haverá maior possibilidade de não se resguardar em contrato, podendo, assim, gerar possibilidades de comportamento oportunistas, e consequentemente, gerar perdas para um dos lados. A incerteza pode levar a custos irremediáveis (ZYLBERSZTAJN, 2000).

Por fim, a especificidade dos ativos é relacionada a perda de valor de um ativo, caso este não seja utilizado para determinada transação. Williamson



RELISE

167

(1996, p. 59, tradução nossa) define: “a especificidade do ativo refere-se ao grau em que um recurso pode ser redistribuído para usos alternativos e por usuários alternativos sem sacrifício de valor produtivo”. Quanto mais alta é essa especificidade, quanto mais investimento foi feito para uma determinada transação, maior será a perda de valor, caso haja rompimento da transação, e mais necessário será se precaver contra a não concretização dela, através de salvaguardas contratuais ex ante (ZYLBERSZTAJN, 2000).

Assim, Williamson (1985) propõe que a organização pode se estruturar escolhendo se tratará as transações a partir de uma relação pura de mercado, nomeada como mercado spot, ou então, através de contratos relacionais, tida como forma híbrida, ou ainda, se terá uma hierarquia, como a integração vertical. Conforme o autor, na relação de mercado (spot), as partes não desenvolvem um relacionamento e nem uma continuidade, tendo o preço como parâmetro para as interações. Nas formas híbridas, as transações são executadas mediante contratos formais ou informais, podendo ser de longo ou de curto prazo. E na integração vertical a firma abarca as transações internamente.

Segundo Williamson (1996), a principal característica que deve ser levada em conta na adoção de certa estrutura de governança, é a especificidade do ativo, tendo as ideias dos pressupostos comportamentais sempre em voga. Se há nula ou baixa especificidade dos ativos, não é necessário muito controle das transações, bem como salvaguardas; assim, o mercado daria conta eficientemente. Conforme for se elevando as especificidades, o mercado não será mais eficiente, pois maior será o custo para transacionar nele, haja vista que na existência de ativos específicos os agentes poderão romper com a transação para se apropriarem do valor dos ativos. Portanto, à medida que se aumenta a especificidade dos ativos, há necessidade de um maior controle, e de uma coordenação mais eficiente,



RELISE

adotando assim, estruturas de governança como os contratos e a hierarquia (WILLIAMSON, 1996).

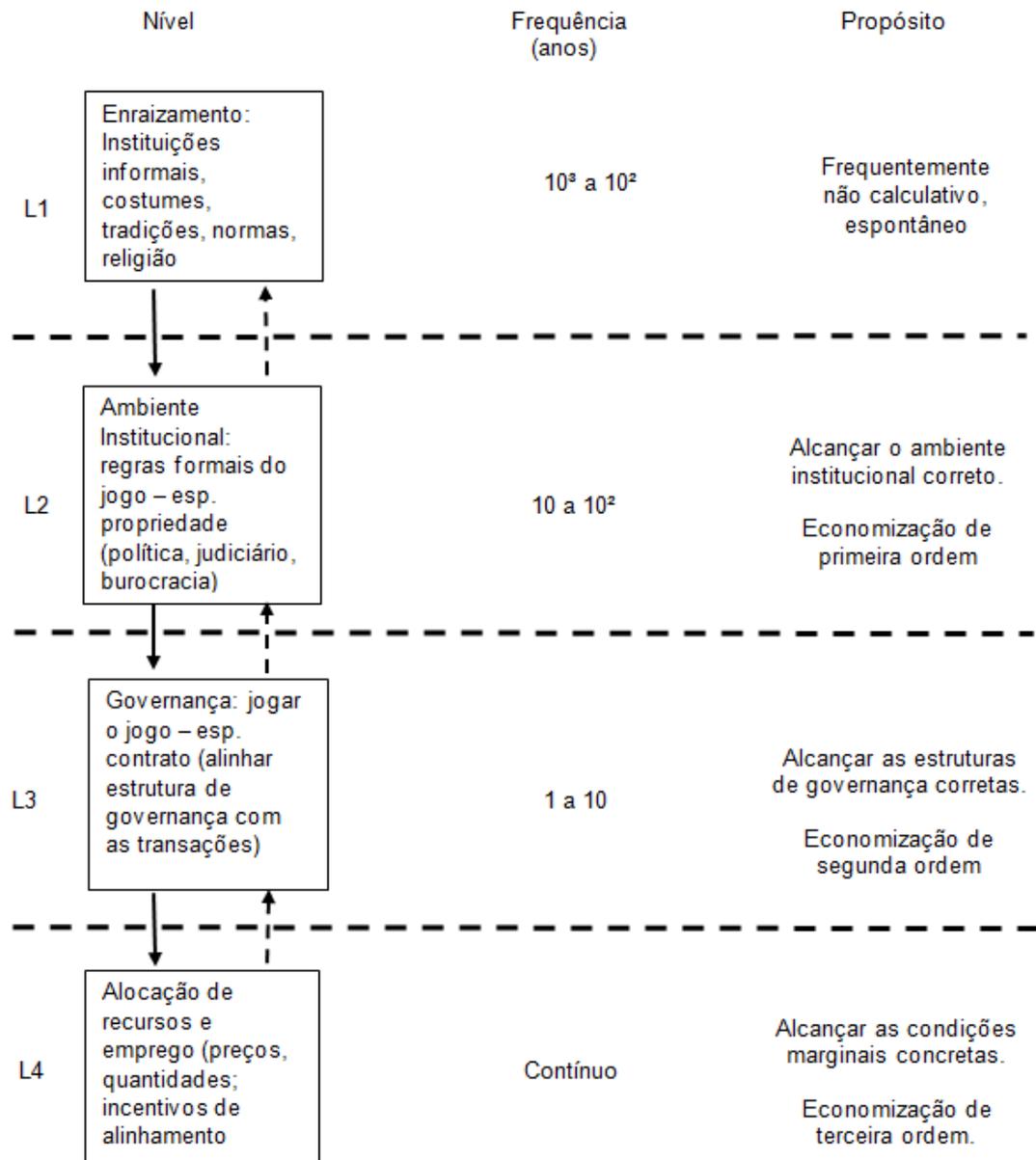
Deste modo, as estruturas de governança surgem para dar suporte às transações, à medida que se leva em consideração os atributos das transações e os pressupostos comportamentais, tendo como objetivo minimizar os custos de transações.

Para Williamson (2000), o ambiente institucional é constituído por instituições formais, como leis, constituições, direitos de propriedade. Segundo esse autor, este ambiente abre oportunidade para o que ele chama de “Primeira Ordem de Economização”, isto é, as regras do jogo. O ambiente institucional é a base para as instituições de governança, que correspondem às unidades básicas dos mercados - as transações, tendo a governança como a ordem, e o que irá coordenar essas transações. Williamson chama este nível de “Segunda Ordem de Economização”, ou seja, a maneira de jogar o jogo. Quando se procura estabelecer uma governança, ou estudá-la, o ambiente institucional irá influenciá-la diretamente, sendo preciso analisar o quanto de limitações e caminhos que o ambiente institucional colocará com relação aos arranjos institucionais, sendo este o foco da Nova Economia Institucional. A figura 1 ilustra essa relação, com foco nos níveis 2 e 3.



RELISE

Figura 1- Quatro níveis de análise social



L1: Teoria social
 L2: Economia de Direitos de Propriedade/ Teoria Positiva Política
 L3: Economia dos Custos de Transação
 L4: Economia Neoclássica/ Teoria de Agência

Fonte: Williamson (2000)



RELISE

METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser classificada quanto a sua tipologia como uma pesquisa exploratória, dado que se pretende obter conhecimento teórico sobre os postulados da Nova Economia Institucional (NEI) e sua vertente denominada Economia dos Custos de Transação (ECT). Como fase exploratória, o projeto visa a preparar o pesquisador para uma segunda fase, de cunho descritivo, desenvolvida posteriormente. Nesse contexto exploratório, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, nos termos propostos por Cervo e Bervian (1983) e Godoi (1995). Assim, a compreensão do problema se dá pelo uso de referências teóricas publicadas, buscando a compreensão das contribuições científicas sobre o tema. Em complemento, entende-se que os documentos devem ser entendidos "[...] de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade)" (GODOI, 1995, p. 21-22).

Esta pesquisa compreendeu duas fases: a) revisão teórica acerca da Nova Economia Institucional (NEI) e Economia dos Custos de Transação (ECT); b) levantamento e análise de publicações demonstrando a aplicação desses pressupostos no Sistema Agroindustrial da carne bovina no Brasil. Foram utilizados para busca bases de dados científicas, especificamente o Portal de Periódicos Capes, o Scielo e o Google Acadêmico, combinando termos-chave como “transação”, “carne bovina”, “economia dos custos de transação”, “arranjos contratuais”, “bovinocultura”, “pecuaristas”, “carne”, “estruturas de governança”, “ambiente institucional”, “regras formais”. Foram analisados artigos científicos publicados em periódicos e eventos científicos. Para ampliar o estudo considerando a coordenação do SAG bovino, utilizou-se como recorte inicial o objeto de análise, a cadeia de carne bovina do Brasil.



RELISE

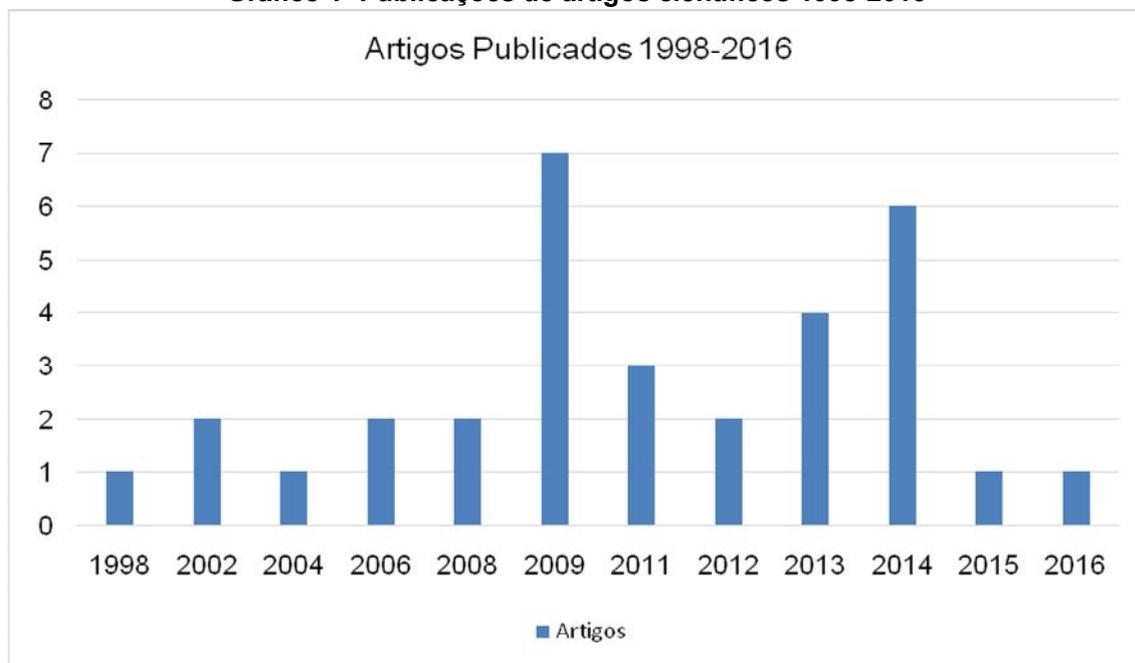
171

Essa escolha se deve pela percepção ao longo da pesquisa do uso de diferentes abordagens para o estudo da bovinocultura no Brasil. Inicialmente foram identificados 41 artigos científicos, após uma primeira análise e exclusão de material por repetição, esse número foi reduzido para 32 artigos, em um período de 18 anos (1998–2016), sendo estes os utilizados nesta pesquisa.

A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E A ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO NOS ESTUDOS NO SAG DA CARNE BOVINA NO BRASIL

O presente artigo utilizou-se de 32 artigos científicos para análise, em um período de 18 anos (1998-2016). O gráfico 1 ilustra os resultados encontrados quanto aos anos e as quantidades de artigos publicados.

Gráfico 1- Publicações de artigos científicos 1998-2016



Fonte: Autores

Os principais periódicos e eventos científicos em que esses 32 artigos foram publicados mostram que os congressos do SOBER (Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural), além de publicações em sua revista, a Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR), e a revista de Administração Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 5, p. 159-186, set-out, 2018
ISSN: 2448-2889



RELISE

172

da Universidade Federal de Lavras, no Rio Grande do Sul, são os maiores emissores de artigos com a temática em questão, como mostra o quadro 1.

Nota-se também, que nesses 32 artigos analisados, em sua grande maioria estão estudos realizados na região Sul e Centro-Sul do Brasil – Mato Grosso do Sul, com 6 artigos, assim como, Rio Grande do Sul, seguido de São Paulo e Paraná, com 4 e 3 artigos, respectivamente – isto pode ser relacionado ao fato que todos esses estados estavam até a décima posição no “ranking” de maior número de cabeças de gado, em 2015 – MS, em 4º lugar; RS em 6º; SP em 9º e PR em 10º lugar – (AGRICULTURA, 2016), o que representa a importância desses estados na pecuária. O mesmo já vinha sendo observado em anos anteriores, conforme coloca Teixeira e Hespanhol (2014). Os autores também dispõem sobre a importância da pesquisa quanto a organização da produção, para um melhor desenvolvimento da bovinocultura. Os principais autores nessa linha de pesquisa estão também relacionados com as regiões estudadas, assim como, com as instituições advindas desses estudos, onde temos principalmente autores e instituições do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e São Paulo. O quadro 1 demonstra as informações anteriores.



Quadro 1: Detalhamento dos principais dados dos artigos analisados

Principais periódicos/ eventos	N. artigos	Principais Instituições	N. artigos	Principais regiões	N. artigos	Principais autores	N. artigos
Congressos SOBER	5	LAVRAS	4	Brasil (como um todo)	11	<u>Caleman, S. M.</u>	7
Organizações Rurais & Agroindustriais	4	SOBER	4	Mato Grosso do Sul	6	Zylbersztajn, D.	4
Informações Econômicas	2	UFMS	4	Rio Grande do Sul	6	<u>Vinholis, M. M. B.</u>	3
RAC	2	UFRGS	2			<u>Carrer, M. J.</u>	3
RESR	2	USP	2	São Paulo	4	Ferreira, G. C.	2
<u>Journal on Chain and Network Science</u>	2			Paraná	3	<u>Malafaia, G. C.</u>	2
				Região Norte	1	<u>Oaigen, R. P.</u>	2

Fonte: Autores

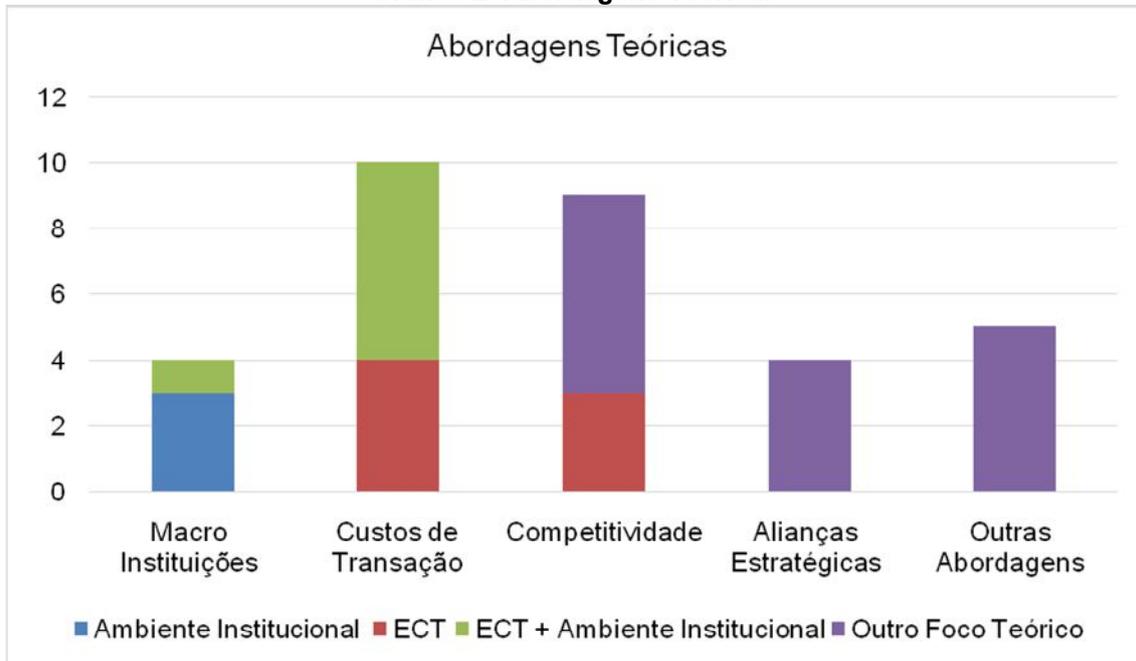
Para o estudo dos SAGs, há um extenso leque de teorias que dão suporte sob diferentes perspectivas. Dentre os 32 artigos, foram identificados 14 artigos que possuem a ECT como aporte teórico, e 4 artigos usando a NEI, com foco nas macro instituições. Dentre o total, 7 artigos adotam as duas teorias em conjunto, e os demais artigos possuem diferentes abordagens teóricas para dar suporte ao estudo do SAG bovino. O gráfico 2 ilustra tais resultados.



RELISE

174

Gráfico 2- Abordagens Teóricas



Nesse gráfico (2) tem-se que o eixo horizontal representa as principais abordagens que os artigos analisados trazem como foco – macro instituições, custos de transação, competitividade, alianças estratégicas e outras abordagens. Por “outras abordagens” dispõem-se de assuntos como a da cadeia de produção e suprimentos (3 artigos); relação comercial (1 artigo) e abordagem geográfica (1 artigo). O eixo vertical representa a quantidade de artigos presentes em cada uma das abordagens. Já as barras exibem quais os focos teóricos tido nos artigos (ambiente institucional, ECT, ambas em conjunto, e outros focos teóricos).

A ECT foi utilizada com várias outras teorias, como a Economia dos Custos de Mensuração (ECM), Formas Plurais de Governança, teoria do Agente Principal, entre outros aportes teóricos, e com abordagem de Competitividade sendo está última a mais relacionada com a ECT. Diante disso, foi possível identificar algumas relações existentes entre o ambiente



RELISE

175

institucional e os arranjos institucionais no SAG de carne bovina do Brasil, as quais vêm sendo exploradas nos artigos científicos publicados.

A primeira constatação é que vários dos problemas e conflitos descritos há anos (desde 1998) ainda continuam ocorrendo neste SAG. A falta de coordenação, o oportunismo elevado entre os agentes econômicos e a assimetria de informações na cadeia acarreta perda de competitividade. Apesar das iniciativas para se contornar e melhorar esses aspectos (como alianças estratégicas, cooperativas, parcerias), é observado que elas ainda são pontuais e não integradas em todo SAG.

Observa-se que em 34,4% dos artigos analisados descrevem a presença de assimetria de informações na cadeia bovina. Em 50% dos artigos, foi descrita a presença do oportunismo nas relações entre os agentes. Esses dois quesitos têm grande influência na coordenação do SAG, pois quanto maior for a assimetria de informações, maior brecha para se ter comportamento oportunista, e assim, maior será a falta de coordenação. Nota-se que o contrário também ocorre, quanto maior for a falta de coordenação, mais se terá assimetria de informação e espaço para o oportunismo, tendo-se assim um ciclo, o que torna a cadeia menos competitiva, conforme preconizado na teoria (WILLIAMSON, 1996; ZYLBERSZTAJN, 2000).

Para que se consiga maior coordenação, algumas iniciativas são observadas no decorrer dos anos nesse SAG. Isto vem ocorrendo através de alianças estratégicas, cooperativas, associações e parcerias, ou até mesmo, integrações vertical. A adoção de arranjos que sejam capazes de agregar e orientar ações estratégicas conjuntas possibilita a definição de padrões e formação de reputação. Fazendo assim com que diminua comportamentos oportunistas e assimetrias de informações, corroborando com o preconizado por SOUZA e PEREIRA (2002), Oliveira et al (2015), FERREIRA e BARCELLOS (2004) e Padilha (2009).



RELISE

176

Dentre os 32 artigos, 20 deles (62,5%), tratam desses arranjos. Na maior parte deles, a principal motivação para formá-los é a necessidade em se obter maior qualidade, diferenciação e conseguir agregar valor ao produto. Para tanto, observa-se que para se alcançar sucesso e eficiência, é preciso que haja ações visando o bem comum, coordenação transparente e igualitária, e que funcione de forma a garantir a qualidade de produtos diferenciados e ao mesmo tempo trazer uma justa remuneração aos participantes da cadeia, especialmente ao produtor, que em geral não é remunerado por atributos de qualidade do seu animal (SABB, NEVES, CLAUDIO, 2009; OLIVEIRA, et al, 2015).

Nos artigos levantados e em suas pesquisas, notou-se que na maioria dos casos que buscam uma maior qualidade da carne bovina, acabam adotando estruturas de governanças mais complexas, desde contratos a termo, até a integração vertical. Entretanto, o mercado spot continua sendo a governança mais adotada para as transações neste SAG, o que já era observado em 1998. O uso desta estrutura de governança, alinhada aos pressupostos comportamentais, leva a uma falta de coordenação e eficiência do SAG como um todo. Observa-se que mesmo quando há especificidades de ativos, o mercado spot acaba sendo a forma organizacional adotada. Isto se deve à falta de confiança e o histórico de oportunismo do qual a bovinocultura é tomada, principalmente no elo entre o produtor rural e a indústria frigorífica. Por um lado, tem-se falta de confiança nas relações, o que impacta também na falta de informações passadas para todos os elos da cadeia, que por consequência leva a um distanciamento das relações, e à adoção de estruturas de governança menos dependentes. Por outro lado, tem-se, por vezes, ativos específicos que levariam à adoção de estruturas mais complexas. Isto implica em falta de coordenação, e consequente perda de eficiência e competitividade.



RELISE

177

Notou-se, nos estudos levantados, uma lacuna quanto à relação da frequência e das incertezas nas transações, atributos que também devem ser levados em consideração na adoção de estruturas de governança, para uma maior eficiência. Apenas 23,5% (4 artigos que tratam da ECT e ambiente institucional), abordam a frequência em seus artigos. Esta característica da transação é de suma importância, pois a partir dela pode-se gerar reputação – quando a recorrência da transação for muito elevada – o que limita o interesse dos agentes em agir de modo oportunista para obter ganhos de curto prazo (AZEVEDO, 2000). Isto é, com o desenvolvimento de reputação, há uma diminuição de comportamento oportunista. Já a incerteza, aparece mais vezes nos estudos levantados, em 52,9% (9 artigos que tratam da ECT e macro instituições). Em sua maioria é relatado incerteza quanto à demanda, fornecimento e abastecimento de carne, como também, quanto ao pagamento e incentivos oferecidos. Percebe-se que a incerteza foi mais abordada quando o estudo explorava arranjos institucionais mais complexos, como alianças estratégicas, cooperativas, entre outros. Isto se dá principalmente, pelo fato que esses arranjos ajudam a diminuir as incertezas quanto aos fatores mencionados. Com relação às estruturas mais simples, mercado spot, por exemplo, tende-se a ter maior incerteza, porém isto foi raramente tratado nos artigos pesquisados.

Desta forma, nota-se que apesar de alguns estudos tratarem dessas características, ainda assim elas foram pouco abordadas, principalmente quanto à relação existente entre esses atributos e a escolha mais eficiente das estruturas de governança. Sendo um importante recurso de análise, sobretudo se levar em consideração as características do SAG bovino, que impera o oportunismo, a falta de confiança nos agentes, assimetria de informações e os históricos de não pagamento e calotes (CALEMAN, ZYLBERSZTAJN, 2012; TEIXEIRA, HESPANHOL, 2014; CALEMAN, MONTEIRO, 2013).



RELISE

178

Assim, a NEI auxilia justamente nestas questões, em que os pressupostos comportamentais – racionalidade limitada e oportunismo – são trazidos em voga e serão alinhados com as características das transações – especificidade dos ativos, frequência e incerteza – trazida pela ECT, para que se tenha um arranjo institucional mais adequado e eficiente nas relações e na coordenação. Isto permite com que haja uma conversa entre os preceitos da NEI, ECT e do SAG bovino.

As constatações apresentadas quanto aos arranjos institucionais, levam à reflexão quanto ao ambiente institucional. Nas pesquisas levantadas, constata-se a importância de regulações mais específicas e rígidas para este SAG, as quais vêm sendo pouco exploradas pelo Estado, deixando gaps significativos para o auxílio na competitividade e coordenação coletivos. Em consequência, tem-se relevantes falhas, a saber: falta de confiança no judiciário (principalmente quanto ao poder coercitivo em questões de calotes e falências fraudulentas) (CALEMAN, MONTEIRO, 2013; CALEMAN, ZYLBERSZTAJN, 2012); a não limitação de ações oportunistas (CALEMAN, MONTEIRO, 2013); falta de incentivo para coordenação e integração do SAG (CALEMAN, ZYLBERSZTAJN, 2011; VIEIRA, 2006); falta de garantias e ineficiências das instituições legais (CALEMAN, ZYLBERSZTAJN, 2009).

Alguns artigos trazem exemplos e constatações de como as regras formais estimulam a competitividade, ajudam na implantação para uma maior qualidade, no desenvolvimento de práticas, no rendimento econômico e numa maior integração (BARBOSA, CALEMAN, 2016; TEIXEIRA, HESPANHOL, 2014; CALEMAN, ZYLBERSZTAJN, 2011; SOUZA, PEREIRA, 2002). Observa-se nestes artigos, a diferença existente entre o ambiente institucional de países que importam carne do Brasil, e do comercializado internamente.

No SAG bovino no Brasil, há a coexistência de dois subsistemas, um onde a tecnologia é mais empregada e desenvolvida, tem um ambiente



RELISE

179

institucional mais forte, o qual é mais voltado para o mercado externo e o outro, com a atividade mais rudimentar, onde a atuação do ambiente institucional é mais fraco, o qual é mais voltado para o mercado nacional, isto é relatado em mais de 50% dos artigos levantados. Quando se olha para o subsistema exportador de carne bovina, principalmente para União Européia, fica evidente a diferença quanto ao ambiente institucional, pois as exigências, regulamentos e normas desse bloco são repassadas para os países que querem comercializar com ele, logo, o Brasil precisa se adequar para que consiga exportar para aquele bloco. Neste quesito o ambiente institucional brasileiro dá mais suporte para que isso ocorra. Fica claro que continua a existir uma lacuna entre as práticas adotadas para o mercado de exportação e as práticas adotadas para o mercado nacional, o que já era descrito em 1998.

É notório que as exigências dos países importadores da carne bovina, especialmente a União Européia, não ocorrem apenas por serem regulatórios, mas principalmente porque tiveram como início requisitos demandados pelos consumidores europeus. A partir da mudança de hábitos da população (preocupação com a saúde, com a procedência animal e requisitos sanitários), forma-se uma demanda por tais requisitos, o que passa a ser incorporado pelo ambiente institucional (leis e regulamentos) para atender essas exigências, sendo assim repassadas para o ambiente organizacional.

Entretanto, essas relações existentes entre esses fatores foram pouco abordadas nos artigos pesquisados. Williamson (2000) descreve e destaca a relação existente entre os quatro níveis de análise social – imersão social, instituições formais, arranjos institucionais e alocação de recursos – mas que por hora não estão sendo explorados em pesquisas. Essa relação entre os quatro níveis é importante, pois ajuda na análise e no entendimento das restrições e auxílio de cada um desses níveis. Ao mesmo tempo em que as regras formais irão seguir demandas e padrões de acordo com a imersão social



RELISE

180

(tradições, costumes), elas também poderão sofrer influências e serem moldadas. O mesmo ocorre com relação ao ambiente organizacional, o qual sofre restrições dos níveis anteriores, mas que podem influenciá-los, e assim por diante. Deste modo, fica como sugestão para pesquisas futuras, aprofundar o estudo da relação existente entre esses níveis.

A análise do SAG a partir dessas teorias é pertinente, justamente pela sua visão sistêmica, tendo a transação como foco e os fatores que a influenciam. O SAG é visto como uma maneira sistêmica, que comporta a cadeia produtiva – insumo, produção primária, indústria processadora, varejo e o consumidor – agregando elementos fundamentais, os agentes, as relações entre eles, o ambiente institucional e organizacional. Na figura, tem-se que cada transação entre os agentes é analisada de uma maneira micro, pela ECT, e pautada de uma forma macro, pelo ambiente institucional. Assim, há um encaixe e uma conversa entre todos os elementos analíticos das teorias abordadas, o que auxilia no entendimento e na relação entre elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho analisou como o ambiente institucional e os arranjos institucionais, com base na NEI e na ECT, estão sendo analisados em estudos no SAG de carne bovina no Brasil. A partir da análise de 32 artigos científicos, verificou-se que há uma imensa relação entre essas abordagens. Há uma estreita conversa entre os elementos do SAG, da NEI – ambiente institucional e pressupostos comportamentais – e ECT – arranjos institucionais e atributos das transações – o que aproxima e auxilia muito bem no entendimento dos mesmos. Essas teorias são tidas de forma sistêmicas, tendo a transação como seu principal foco. Quando se olha para o SAG de carne bovina no Brasil especificamente, tem-se a existência de características bem definidas, como a falta de coordenação, o oportunismo entre os agentes, a assimetria das



RELISE

informações e um ambiente institucional fraco. A NEI, em conjunto com o foco da ECT, auxilia justamente na exploração desses elementos.

Williamson (2000), com os quatro níveis de análise social, complementa ainda mais os estudos, pois dá base para se observar de forma sequencial a relação entre os ambientes. A existência de valores, crenças e tradições irão moldar as regras formais impostas, e a partir delas os arranjos institucionais terão que abarcar todas essas limitações e imposições, e isto será passado para a alocação de recursos, e assim por diante, voltando e transmitindo esses elementos. Observou-se que a análise desses níveis em conjunto, são raramente abordados na amplitude dos artigos pesquisados, representando assim uma lacuna, a qual fica como sugestão para novos estudos trabalharem.

Na bovinocultura, tem-se que não há regras efetivas que auxiliam na coordenação e competitividade do SAG, assim os arranjos institucionais precisam suprir essa carência deixada pelo ambiente institucional, que por vezes são tidas através de governanças mais complexas, como alianças estratégicas, cooperativas e integrações verticais. Mas que ainda assim, diversas vezes deixam de conseguir tais avanços, muito justificado pelos pressupostos comportamentais pregados pela NEI – racionalidade limitada e oportunismo – que são característicos na bovinocultura.

Deste modo, este artigo destaca a importância e relevância do aporte teórico da Nova Economia Institucional e tendo como complemento, a Economia dos Custos de Transação, para o estudo do SAG de carne bovina no Brasil, a qual vem sendo muito abordada pelos artigos científicos levantados nesta pesquisa. Apresentando algumas lacunas, como a relação entre as restrições informais, regras formais, arranjos institucionais e alocação de recursos. Como também, deficiência na abordagem dos atributos das



RELISE

transações: frequência e incerteza, para a análise da adoção das estruturas de governança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. P. et al. Desafios para formação de uma aliança mercadológica na pecuária de corte: um estudo de caso em uma cooperativa no Estado do Paraná. **SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Belem- PA, 2013.

ANUALPEC. **Anuário da pecuária brasileira**. Informa Economics/FNP, e. 20, 2013.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. **Nova Economia Institucional**: referencial geral e aplicações para a agricultura. Agric. São Paulo, SP, v.47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BARBOSA, L. C.; CALEMAN, S. M. Q. Sustentabilidade em Sistemas Agroindustriais: um estudo multicasos da carne bovina de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**: Lavras, v. 18, n. 4, p. 315-331, 2016.

CALEMAN, S. M. Q; CUNHA, C. F. Estrutura e Conduta da Agroindústria Exportadora de Carne Bovina no Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**: Lavras, v. 13, n. 1, p. 93-108, 2011.

CALEMAN, S. M. Q.; MONTEIRO, G. F. A. Should I go to court? An assessment of the role of the Judiciary in disputes between cattle raisers and meatpackers in Brazil. **Revista de Administração**: São Paulo, v.48, n.2, p.208-221, abr./maio/jun. 2013.

CALEMAN, S. M. Q.; SPROESSER, R. L.; ZYLBERSZTAJN, D. Custos de Mensuração e Governança no Agronegócio: um estudo de caso múltiplos no sistema agroindustrial as carne bovina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**: Lavras, v. 10, n.3, p. 359-375, 2008.

CALEMAN, S. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. Contracts and incentives in quality beef chain: analyzing organizational failures. **Revista de Economia e Administração**, v.8, n.3, p. 296-311, jul./set. 2009.



RELISE

183

CALEMAN, S. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. Failures in incentive transmission along Brazil's quality beef chain. **Journal on Chain and Network Science**, v.11, n. 3, p. 251-262, 2011.

CALEMAN, S. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. Falta de Garantias e Falhas de Coordenação: evidências do sistema agroindustrial da carne bovina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 223-242, 2012.

CARRER, M. J., SOUZA, H. M. F., VINHOLIS, M. M. B. Barreiras à utilização e fatores que discriminam produtores que utilizam Cédula de Produto Rural (CPR): um estudo de caso na pecuária de corte em São Paulo. **Informações Econômicas**: São Paulo, v. 42, n. 4, jul./ago. 2012.

CARRER, M. J., FILHO, H. M. S., VINHOLIS, M. M. B. Plural forms of governance in the beef industry: a case study in Brazil. **British Food Journal**, v. 116, n. 4, p. 643-661, 2014.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: MacGraw-hill do Brasil, 1983.

COASE, R. The institutional structure of production. In: **American Economic Review**. Vol.82, n.4, p.713-719. set.1992

COASE, R. The Nature of the Firm. **Economica**, London, New Series, v. 4, n. 16, p. 386-405, Nov. 1937.

FAGUNDES, M. B. B. et al. Análise da Competitividade da Bovinocultura de Corte em Mato Grosso do Sul. **Desafio Online**: Campo Grande, v.1, n.2, Mai/Ago 2014.

FARINA, E. M. Q. Competitividade e coordenação dos sistemas agroindustriais: a base conceitual. IN: JANK, M. S.; FARINA, E. M. q.; GALAN, V. B. **O agribusiness do leite no Brasil**. São Paulo: Editora Milkbizz, p. 20-37, 1999.

FERREIRA, G. C.; BARCELLOS, M. D. Aliança Estratégica em Cadeias Agroindustriais: estudo de caso na cadeia da carne bovina. **EnANPAD**, 2004.

FERREIRA, G. C.; PADULA, A. D. Gerenciamento de Cadeias de Suprimento: Novas Formas de Organização na Cadeia da Carne Bovina do Rio Grande do Sul. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v.6, n.2, p.167-184, Maio/Ago. 2002.



RELISE

184

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização na administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71 Jul./Ago., 1995,

MACEDO, L. O. B.; MORAES, M. A. F. D. Perfil de Governança e a Coordenação de Alianças Estratégicas de Carne Bovina Brasileira. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 39, n. 3, 2009.

MACHADO, G. R. et al. O ambiente institucional formal e seu impacto na competitividade do SAG da carne bovina: uma análise do programa de rastreabilidade da carne bovina brasileira. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER**: Campo Grande – MS, 2009.

MALAFAIA, G. C.; AZEVEDO, D. B., KAMARGO, M. E. Análise das Configurações Interorganizacionais na Pecuária de Corte Gaúcha. **Revista de Negócios**: Blumenau, v.16, n.1, p.11 – 31, Jan/Mar 2011.

MALAFAIA, G. C.; MACIEL, A. C.; CAMARGO, M. E. Atitudes de Coordenação de Produtores Rurais na Cadeia da Carne Bovina: O caso do CITE 120. **Organizações Rurais & Agroindustriais**: Lavras, v.11, n.3, 2009.

MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. The future of new institutional economics: from early intuitions to a new paradigm? **Journal of Institutional Economic**, v. 10, p. 541 – 565, 2014.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 152, 1990.

OLIVEIRA, G. M. et al. Productive Systems of Animal Protein in Brazil: Characteristics of the Transactions between Producers and Processing Industries in the State of MatoGrosso Do Sul. **Australian Journal of Basic and Applied Sciences**, v.8, n. 15, p. 282-293, September 2014.

OLIVEIRA, T. E. et al. Alianças Mercadológicas e Estratégias de Diferenciação na Cadeia da Carne Bovina no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE**, v. 14, n.2, 2015.

OAIGEN, R. P. et al. Beef Cattle Production System Competitiveness in the South of Brazil. **Archivos de zootecnia**, v. 62, n. 238, p. 161-170, 2013.



RELISE

185

PADILHA, J. J. B. et al. Alianças Mercadológicas: um modelo de integração e gestão da pecuária de corte paranaense. VII Convibra Administração – **Congresso Virtual Brasileiro de Administração**, 2009.

PEROSA, J. M. Y. Papel da coordenação em alianças de mercado: análise de experiência no SAG carne bovina. II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares–PENSA/FEA/USP Ribeirão Preto. **Anais...** 1999.

PIGATTO, G.; LUIZ, D. L.; SOUZA, J. F. Determinantes da relação comercial entre pecuaristas e frigoríficos: o caso dos pecuaristas e frigoríficos da região de Tupã. **Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**: Fortaleza, 2006.

ROCHA, J. C. M. de C.; NEVES, M. F.; LOBO, R. B. Experiências com alianças verticais na coordenação da cadeia produtiva da carne bovina no Brasil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAIN/NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT. **Proceedings...**Ribeirão Preto, 2001.

SABB, M. S. M.; NEVES, M. F.; CLAUDIO, L. D. G. O desafio da coordenação e seus impactos sobre a competitividade de cadeias e sistemas agroindustriais. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v.38, p.412-422, 2009.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ. **Análise da Conjuntura Agropecuária: Ano 2016**. Disponível em: < http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/2017/bovinocultura_de_corte_2017.pdf >. Acesso em: 25 jun. 2017.

SIFFERT FILHO, N.; FAVERET FILHO, P. O sistema agroindustrial de carnes: competitividade e estruturas de governança. **Revista do BNDES**, v. 1, n. 1, p. 265-297, 1998.

SILVEIRA, R. L. F. da. et al. Formas Plurais de Governança: uma análise das transações de suprimento entre frigorífico e pecuarista. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n.4, p. 761-782, 2014.

SILVEIRA, R. L. F.; et al. O setor de carnes: um estudo de caso das empresas Minerva, Frigo-Brás e Angelelli. In: MÉNARD, C; et al. (Org.). **Economia das Organizações: Formas Plurais e Desafios**. São Paulo: Editora Atlas, 2014, p. 167-184.

SOUZA, J. P.; BANKUTI, S. M. S. Uma análise dos contratos no sistema agroindustrial suinícola no Oeste Paranaense pela ótica da mensuração e da



RELISE

186

transação. **Informe GEPEC** (Online), v. 16, p. 1-15, 2012.

SOUZA, J. P.; PEREIRA, L. B. Gestão da Competitividade em Cadeias Produtivas: análise da cadeia de carne bovina do Estado do Paraná. **Textos de Economia**, v.8, n.1, p.115-151, 2002.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N. A Trajetória da pecuária bovina brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, p. 26-38, 2014.

TIRADO, G. et al. Caracterização da Cadeia Produtiva da Carne Bovina no Estado de São Paulo. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**: Rio Branco – Acre, 2008.

VIEIRA, Luciana Marques. The role of food standards in international trade: assessing the brazilian beef chain. **RAC**, Edição Especial, p. 33-51, 2006.

VINHOLIS, M. M. B.; FILHO, H. M. S.; CHADDAD, F. R. Transaction attributes and adoption of hybrid governance in the Brazilian cattle Market. **Journal on Chain and Network Science**, 14(3): 189-199, 2014.

WILLIAMSON, Oliver E. **The Economic Institutions of Capitalism** – firms, markets, relational contracting. New York: The Free Press, 1985.

WILLIAMSON, Oliver E. **The Mechanisms of Governance**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

WILLIAMSON, Oliver E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 38, p. 595-613, 2000.

ZILBERSZTAJN, Décio et al. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

ZILBERSZTAJN, Décio. Measurement costs and governance: bridging perspectives of transaction cost economics. **International Society for the New Institutional Economics** – ISNIE, Barcelona-Espanha, 2005.

ZILBERSZTAJN, Décio. Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: um olhar além dos mercados. **RER**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 385-420, 2005.